



Anais da Assembléia

Nº 64

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 19 DE MAIO DE 1992

ANO XVIII

MESA DIRETORA

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

ALGACI TÚLIO

1º Vice-Presidente - PDT

HEINZ GEORG HERWIG

2º Vice-Presidente - PSDB

JOÃO BATISTA DE ARRUDA

1º Secretário - PFL

ADEMAR LUIZ TRAIANO

2º Secretário - PTB

DALTON MACHUCA

3º Secretário - PL

LOURENÇO FREGONESE

4º Secretário - PRN

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado ORLANDO PESSUTI
PRN	Deputado NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS
PFL	Deputado ANTONIO COSTENARO NETO
PDT	Deputado RAFAEL GRECA DE MACEDO
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI
PT	Deputado ERNANI PUDELL
PL	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PST	Deputado GERALDO CARTÁRIO

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arlindo Adelfino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - José Durval Mattos do Amaral - Cleiton Kleise Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - **Suplentes:** Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **PST - 8:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Nelvo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; **PRN - 04:** Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **PFL - 08:** Antonio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - **Suplentes PFL e PRN:** Júlio Bufon - José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz; **PDT - 06:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Rafael Valdomiro Greca de Macedo - Algaci Ormário Túlio - Albino Corazza Neto - Paulo Maja de Oliveira - **Suplentes:** Namiir A. Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Vilela; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Iensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron; **PSDB - 04:** Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - • José Tadeu Lúcio Machado - **Suplentes:** José Boiko - Paulino José Delazeri; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Emani Pudell - Forisvaldo Fler (Dr. Rosinha) - **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Meilo; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado; Djalma de Almeida Cesar - Secretário de Estado; José Afonso Júnior - Secretário de Estado - (*) **SUPLENTE** no exercício do mandato de Deputado. (04/92)

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 46ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 1992

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Erondy Silvério.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, Oswaldo Trevisan, José Arthur Ritti, José Tavares, José Alves, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulo Maia, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (46). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Heinz Herwig, Cleiton Kielse, Dirceu Manfrinato, Doutor Rosinha, Edson Silva Linó, Luiz Antonio Setti, Ovídio Constantino e Plauto Miró Guimarães (08).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETARIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETARIO - procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 729

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER que a aprovação da Proposição de Veto nº 044/91 ao projeto de Lei nº 063/91, de autoria do deputado signatário e que estabelece obrigatoriedade de consignação, em folha de pagamento, das mensalidades das entidades associativas e sindicais dos Servidores

Públicos, seja votado separadamente.
 Sala das Sessões, em 19.05.92.

(a) PAULO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A matéria em questão é de importância fundamental para toda a sociedade do Estado do Paraná. Não se trata apenas de uma verificação das manifestações de vontade dos integrantes do legislativo paranaense, mas da própria mensuração de sua dignidade e do respeito que dispensam à classe trabalhadora do serviço público. A obrigatoriedade da consignação em folha de pagamento das mensalidades das entidades associativas e sindicais é garantia de respeito à própria organização dos trabalhadores, uma segurança de que não está à mercê dos ditames do patrão que, à sua conveniência, pode destruir a entidade representativa dos servidores pela sonegação do repasse das mensalidades. A votação em separado, portanto, é forma de definir quais sejam aqueles Deputados realmente comprometidos com os interesses da maioria trabalhadora no Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 718

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando das atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que a discussão e votação das proposições constantes da Ordem do Dia marcada para a Sessão Extraordinária de hoje, sejam apreciadas englobadamente.

Sala das Sessões, em 19.05.92.

(a) ERONDY SILVERIO

REQUERIMENTO Nº 715

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após apreciação e anuência do Plenário, REQUER, em seu nome e em nome do Excelentíssimo Senhor Deputado DIRCEU MANFRINATO, que seja inserido na Ata dos trabalhos de hoje, um Voto de Profundo Pesar pelo falecimento do Senhor WILSON FERREIRA VARELA, ocorrido no dia 18 de maio na cidade de Cianorte.

Wilson Ferreira Varela, durante toda a sua vida dedicou-se com extremo zelo à causa pública, notadamente na cidade de CIANORTE, onde residia, tendo sido o seu 1º Prefeito Municipal, eleito no ano de 1.955.

No exercício de tão importante função, prestou ao município os mais relevantes serviços, sendo por isso, e por sua honradez e caráter, pessoa das mais respeitadas em toda a Região.

Sua partida para a eternidade deixa uma lacuna irreparável no seio da sociedade onde conviveu e ajudou a edificar.

Deixou saudades.

Deixou somente amigos, entre os quais

estes Deputados, que tiveram a ventura de conviver com sua amizade por muitos anos.

Requer ainda, que do presente se dê ciência a família enlutada, na pessoa do Senhor Virgilino Varela - Rua Ouro Verde, 568; ao Prefeito Municipal e Câmara Municipal de Cianorte.

Sala das Sessões, em 19.05.92.

(a) JOÃO PREIS

REQUERIMENTO Nº 716

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no exercício de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o registro de um voto de regozijo pelo 8º aniversário do jornal "Correio de Notícias", transcorrido no último dia 15.

Sala das Sessões, em 19.05.92.

(a) GERALDO CARTARIO

JUSTIFICATIVA:

O jornal "Correio de Notícias" está comemorando 8 anos de atividades com um "currículo" invejável, pois, neste curto espaço de tempo, conseguiu destacar-se entre os melhores veículos de comunicação impressa do Paraná.

Com suas edições regionalizadas, que começaram há dois anos, através do "Correio do Sudoeste", sediado em Pato Branco, o "Correio de Notícias" também implantou, há dois meses, o "Correio Londrinense", que já disputa a preferência dos leitores do Norte do Estado. E já se prepara para inaugurar o "Correio de Maringá", que deverá entrar em circulação muito em breve.

Com um quadro de colunistas que arregimenta uma expressiva massa de leitores, o "Correio de Notícias" também vem se destacando por sua linha de informação sóbria e equidistante, sempre muito confiável.

Despontam ainda, no "Correio", os cadernos especiais dos domingos, embalados no melhor padrão gráfico, ágil e dinâmico.

Fazendo coro com a opinião pública que o jornal tem sabido conquistar, nesses 8 anos de atividade profícua, saudamos a expressiva data e desejamos que se torne cada vez mais duradoura essa trajetória vitoriosa do "Correio de Notícias", motivo pelo qual esperamos a aprovação desta Casa para o requerimento de regozijo proposto.

REQUERIMENTO Nº 722

Senhor Presidente.

SOMULA: REQUER encaminhamento de pedido de informações junto à Secretaria de Estado da Administração, necessárias à complementação do Projeto de Lei nº 89/92, que autoriza o Poder Executivo a efetuar o pagamento dos salários dos servidores absorvidos pelas prefeituras através de convênios com a FUNDEPAR.

Senhor Presidente.

A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, por seu Presidente e Relator do Projeto de Lei nº 89/92, ao final subscritos, REQUER, na forma prevista pelo artigo 28, inciso V, combinado com o artigo 131, ambos da Resolução nº 159/90, que independentemente de discussão e votação, se digne Vossa Excelência em encaminhar à Secretaria de Estado da Administração, a fim de que a mesma se pronuncie sobre o assunto, já que este é de relevância para os interesses do Estado.

No aguardo da habitual atenção de Vossa Excelência, apresento os meus protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 19.05.92.

(aa) ERONDY SILVERIO
DURVAL AMARAL

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 140/92
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação da Terceira Idade - A.T.I.", com sede e foro no Município de União da Vitória.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.05.92.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A "Associação da Terceira Idade", inspirada na necessidade de promover a valorização da pessoa idosa, tem por finalidade atender o idoso, organizar a ação da comunidade para melhorias dos serviços prestados nas diferentes entidades sociais, ao idoso: incentivar a comunidade no processo de desenvolvimento social, para maior participação em relação à pessoa idosa; melhorar a condição de vida do idoso, através de educação, saúde, trabalho, atividades esportivas e culturais; promover a integração do programa com órgãos oficiais, que atuam no campo social, voltadas para as pessoas idosas; organizar e desenvolver um Clube Social para estimular maior participação com a comunidade; desenvolver condições de moradia.

Convencidos pelo valioso trabalho que a referida Associação vem prestando a comunidade de União da Vitória, apresentamos esta Proposição, solicitando o apoio dos nobres Pares para que a mesma seja aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - E lida e aprovada a Ata.

Finda a leitura do expediente, e não

havendo oradores inscritos no Pequeno e nem no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

PTB - Declina.

PT. Com a palavra, o Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada.

A Assembléia Legislativa aprovou ontem uma Comissão Especial para acompanhar a situação do município vizinho, Almirante Tamandaré, relativa aos estragos que foram ocasionados à população daquele município, em razão da passagem de um anticiclone por um bairro da periferia e de vários outros municípios próximos a Curitiba.

Nós fomos representando esta comissão especial, numa reunião ontem, juntamente com as associações de moradores do município de Almirante Tamandaré, de pessoas daquela localidade onde estavam também, vereadores; havia um representante da Secretaria de Habitação do Estado do Paraná e também representante do Prefeito Municipal daquele município.

Nessa reunião a discussão se deu principalmente sobre o problema daquelas famílias que tiveram as suas residências destruídas. Nesse sentido, a reunião concluiu da necessidade e importância de uma ação conjunta, tanto do Governo Federal, Estadual e do Município para um esforço de reconstrução daquelas casas.

A situação é por demais delicada, porque se trata de famílias de baixa renda, muitas delas conseguiram com muito esforço construir suas pequenas casas ao longo de muitos anos e que agora, além de ter muitas delas problemas de familiares que foram perdidos, pessoas que foram feridas, ainda têm agora o dissabor de ver o seu único bem, que era a residência, totalmente destruído. Os presentes à reunião foram unânimes em concluir que essas famílias não teriam condições de, por conta própria, reconstruir suas casas.

Nesse sentido, se tornou muito importante a ação principalmente da Secretaria de Habitação e do Governo Federal para que alocasse a fundo perdido os recursos necessários para reconstrução daquelas casas.

A passagem do ciclone por Almirante Tamandaré, acabou também por revelar uma situação delicada que é a situação de existência de inúmeros loteamentos irregulares naquele município.

A existência desses loteamentos irregulares levará a uma situação difícil no sentido de permitir a reconstrução e a locação de recursos por parte dos Governos Federal e Estadual àquelas famílias, já que aqueles imóveis estão em situação irregular, principalmente os lotes.

Nesse sentido, também se desenvolve a necessidade de uma intervenção rápida e firme da Prefeitura Municipal daquele município para que ela regularize imediatamente todos os lotes que eventualmente estiverem com problemas para que as pessoas que foram atingidas por aquela tragédia possam se habilitar a receber esses recursos de habitação.

E um fato muito positivo e que este Parlamentar registrou foi a existência da solidariedade que a população devotou às famílias atingidas. As Associações de Moradores que estavam presentes, bem como os cidadãos que compareceram àquela reunião, saíram determinados em realizar um esforço perante a comunidade em geral para possibilitar a coleta de pertences àquelas famílias.

Os Senhores Deputados sabem que, além de perder as casas, muitas famílias perderam entes queridos, perderam amigos, ainda se perderam todos os pertences, desde a roupa até os utensílios domésticos, eletrodomésticos, e etc. Então, a comunidade, através das associações ficou encarregada de desenvolver um trabalho de coleta para que esses pertences fossem recuperados ou recolocados outros em seu lugar, daqueles que foram perdidos.

Neste sentido, então, em nome da Comissão designada por esta Casa, nós estaremos apresentando hoje três Requerimentos. Um deles endereçado ao Senhor Osni Ribas Alves que é o Superintendente da LBA no Paraná, solicitando a mobilização de recursos a serem destinados às famílias atingidas pela tragédia de Almirante Tamandaré, para a compra dos utensílios e pertences domésticos perdidos, a fim de garantir-lhes o mínimo de condições para reorganizarem as suas vidas.

Estamos também enviando um expediente ao Coronel Wantuil Borges, que é o Coordenador da Defesa Civil no Estado do Paraná, solicitando providências também. Nós sabemos que o Coronel Wantuil como encarregado e coordenador da Defesa Civil deverá elaborar até hoje um Relatório ao Governo do Estado do Paraná, no qual ele irá apontar as providências que ele entende sejam necessárias para amenizar o sofrimento daquelas famílias.

Neste sentido, é fundamental a aprovação hoje deste Requerimento e que ele chegue também hoje em mãos do Coronel Wantuil para que já possa incorporar no seu Relatório, no seu pedido de providências, aquelas sugestões que foram apresentadas e que foram definidas na reunião de ontem à noite.

Estamos também solicitando um Requerimento ao Prefeito Municipal, Senhor Roberto Perussi, de Almirante Tamandaré, no qual nós pedimos também que o município dê

a sua contrapartida para a reconstrução das casas, e principalmente que ele defina um processo muito urgente de regularização daquelas áreas atingidas, até mesmo utilizando a desapropriação da área com a imediata emissão de posse do município e a destinação às famílias que foram atingidas.

Então, neste sentido, nós, embora com esse relatório oral, estamos cumprindo, - inclusive por designação do ilustre Presidente da Comissão Especial, - a determinação desta Casa e estamos apresentando o resultado do nosso trabalho e as sugestões que nós entendemos serem corretas para amenizar o sofrimento daquelas famílias.

E assumimos também, em nome da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a responsabilidade de acompanhar os órgãos públicos que se comprometerem ou que se comprometerão a adotar as medidas necessárias para que elas venham efetivamente ser concretizadas.

Existia a grande preocupação na comunidade que assim que o fato deixasse de ser notícia nacional, pela imprensa, a nível estadual, que as medidas poderiam aí não serem mais adotadas. Então, nós nos comprometemos a fiscalizar, acompanhar e apoiar as iniciativas daquela comunidade no sentido de conseguirem, efetivamente, dos órgãos públicos, a reconstrução de suas casas, a re aquisição de seus pertences e a possibilidade concreta de reorganizarem as suas vidas.

Era isto, Senhor Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o PL.

(Declina).

PDT.

(Declina).

PST.

(Declina).

PFL.

(Declina).

PRN.

(Declina).

PMDB.

Vamos ouvir com grande satisfação o Deputado Oswaldo Trevisan.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Cumprindo recomendação do nobre Líder Orlando Pessuti, vim à tribuna para falar em nome da Liderança do PMDB; e prosseguimos um assunto de ontem sobre o Porto de Paranaguá, aqui levantado pelo nobre Deputado Lourenço Fregonese, e vejo nos jornais hoje que Requião é elogiado por sua posição na greve do Porto.

E assim diversas entidades, como o Sindicato das Empresas de Navegação Marí-

tima, entre outras, enviaram telegramas ao Governador Roberto Requião, como o Sindicato da Indústria da Construção Civil do Paraná; o Sindicato Rural de Maringá; a COMPROVALE de Palotina; a INCEPA, Indústria Cerâmica que exporta 30 milhões de dólares de produtos manufaturados através do Porto de Paranaguá; o Senhor Prefeito de Paranavaí, Rubens Felipe; o Capitão da Marinha Mercante, Silvío Braga; o Vereador Nino Romanini, de Adamantina, São Paulo; o Prefeito de Indaiatuba, São Paulo, Cláim Ferraz. Esta última afirmou que "a atitude de Roberto Requião demonstra que este País ainda possui homens públicos de grande envergadura, demonstrando firmeza de atitude e de respeito aos votos recebidos do povo que o elegeu".

São estes os votos, os cumprimentos encaminhados ao Governador Roberto Requião por sua firme atitude no Porto.

O Sr. Toti Colaço - Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento).

Nobre Deputado, só gostaria que Vossa Excelência me permitisse fazer a leitura de um telex vindo de Paranaguá até o Palácio Iguaçu, dirigido a Sua Excelência, o Senhor Governador, Roberto Requião de Melo e Silva que, nos seus termos, diz o seguinte: "Senhor Governador, congratulo-me com Vossa Excelência posição de firmeza com que tratou o episódio greve do Porto de Paranaguá. Parabéns Governador.

(a) ROBERTO FREGONESE

Não o conheço, mas possivelmente deve ser parente ou irmão do nosso eminente representante de Paranaguá, o Deputado Lourenço Fregonese. É um telegrama que veio parabenizar o Governador, ao qual me associo inclusive com o seu pronunciamento também nesta tarde.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Uê! Mas eu acho que logo em seguida então eu vou ter que conceder um aparte ao nobre Deputado Lourenço Fregonese para esclarecer se Roberto Fregonese é seu irmão.

Mas neste passo, me faz lembrar o Deputado Toti Colaço o poeta Gonçalves Dias na sua "Canção do Exílio", quando ele dizia: "Minha terra tem palmeiras onde canta o sabiá, as aves que aqui gorjeiam não gorjeiam como lá". Então, os Fregonese que gorjeiam aqui no Plenário não são os mesmos Fregonese lá de Paranaguá. Os Fregonese daqui criticam o Governador porque o Governador teve uma atitude firme; o Fregonese de Paranaguá elogia o Governador.

Mas não fico só no poeta. Lembro também uma passagem do Evangelho, que diz o seguinte: "nem todo aquele que diz Senhor, Senhor, entrará no Reino dos Céus"; nem todo aquele que diz ser opositor é real-

mente um ferrenho opositor. Então, as coisas são bem divididas entre os Fregoneses daqui e os Fregoneses de lá.

Como o meu tempo está terminando, eu encerro, dizendo o seguinte, nobre Deputado Lourenço Fregonese e respondendo também ao aparte do nobre Deputado Toti Colaço: a atitude do Governador no Porto de Paranaguá realmente foi uma atitude firme, uma atitude coerente.

Aliás, eu lembro também que ontem o nobre Deputado do PT, que chega aqui agora, Ernani Pudell, também foi ali no Plenário em um aparte contestar a atitude no Porto.

Então esta do poeta das "aves que aqui gorjeiam não gorjeiam como lá", serve também para o nobre Deputado Ernani Pudell.

O Sr. Ernani Pudell - Um aparte nobre Deputado. Antes, conclua o seu pensamento.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Enquanto aqui o Governador tem uma atitude firme e corajosa no Porto, e uma decisão que respeitou o conjunto de segmentos ali envolvidos, lá em São Paulo, no seu PT, no Governo da Dona Erundina, a greve de ônibus é tratada a pau. A Dona Erundina demitiu 350 trabalhadores.

Então eu pergunto: as aves do PT que aqui gorjeiam são as mesmas do PT de lá ou é diferente aqui? Ou é o seguinte: ou o PT tem uma palavra em cada canto da boca; uma vale para aqui e a outra vale para lá. Ou tem dois pesos e duas medidas?

O Sr. Ernani Pudell - Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

Embora esteja eu como uma faísca atrasada, Vossa Excelência está em defesa do Governador. Só que, lamentavelmente, há uma omissão de informação por parte de Vossa Excelência.

Vossa Excelência sabe perfeitamente que a greve dos motoristas em São Paulo foi julgada pelo Tribunal Regional do Trabalho do Estado, que determinou que os motoristas mantivessem 40% dos ônibus em circulação - que foi exatamente em atendimento a um dispositivo constitucional de manter o funcionamento de serviços essenciais; e somente após o não acatamento desta determinação da Justiça do Trabalho, sem que em momento algum fossem interrompidas as negociações entre as partes, tanto da administração como dos representantes das categorias dos Sindicatos, em flagrante desrespeito à decisão da Justiça e em razão das sucessivas depredações de ônibus que estão sendo praticadas por alguns trabalhadores que, efetivamente, não representam o pensamento da categoria, é que a Prefeitura está fazendo prevalecer o

interesse público no sentido de assegurar que um mínimo de sistema de transportes esteja em funcionamento.

Então é uma atitude democrática, uma negociação presente, houve a decisão da Justiça que está sendo respeitada por parte da Administração. E esta Administração está apenas usando da sua responsabilidade e procurando manter o serviço de funcionamento. Mas, jamais, jamais a Administração atropelou ou se arvorou em juiz para julgar os trabalhadores antes que o Tribunal assim o fizesse, que é o órgão competente.

Não é o caso que nós tivemos aqui no Porto de Paranaguá. Houve uma greve de advertência de 24 horas, em um serviço que não é considerado essencial. E, antes que houvesse o posicionamento da Justiça, o Senhor Governador do Estado já entrou com botas, cães e policiais para atropelarem o movimento.

Então, existe uma grande diferença de comportamento que Vossa Excelência, certamente, com sua observação perspicaz, já percebeu mas que, não sei por qual razão, está omitindo.

Greves sempre existirão por trabalhadores insatisfeitos. Isso faz parte do jogo democrático, da luta pelos direitos dos trabalhadores.

Agora, o equilíbrio, o respeito às regras democráticas, esses têm que ser preservados, tanto por parte da administração, que no Estado de São Paulo só tomou atitudes depois do posicionamento da Justiça e da manutenção de decisão que entendemos contrária por parte de setores dos trabalhadores, uma pequena parcela dos trabalhadores, é que se começou a adotar algumas atitudes.

Não foi o caso do nosso Governador. Os trabalhadores fizeram uma greve de advertência em cima de um direito adquirido já conquistado pela Justiça e o Senhor Governador, antes de esperar o julgamento da greve pelo Tribunal que iria dizer se era abusiva ou não, já partiu com violências, inclusive agressões verbais contra aqueles trabalhadores.

Então, as diferenças de métodos, Ilustre Deputado, são muito diferentes. E o PT, modéstia à parte, tem dado ao Brasil um show, um verdadeiro show de como se administra uma cidade, com espírito de democracia e com respeito aos trabalhadores e, principalmente, com muita coerência e com muita honestidade.

Vossa Excelência certamente poderia sugerir ao Governo que se espelhasse no nosso exemplo.

Muito obrigado.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Senhor Presidente, acontece que também na questão da greve o Governador foi lá e dialogou com

os trabalhadores e eles voltaram ao trabalho após o diálogo, após o entendimento.

Agora, em São Paulo, mesmo depois de julgada a greve ilegal, eu pergunto, por que a CUT, que orienta o seu Partido, não recomendou aos trabalhadores que voltassem ao trabalho, obedecendo a ordem judicial.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrado.

O SR. NILTON BARBOSA - Senhor Presidente, eu iria ceder ao Deputado Oswaldo Trevisan o horário do PST.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Agora é um pouco tarde. Vamos ver como gorjeiam as aves de Paranaguá.

Com a palavra o Senhor Deputado Lourenço Fregonese.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Ontem eu chamei aqui o Governador Roberto Requião de falastrão e eu estendo às Suas Excelências os Deputados Toti Colaço e Oswaldo Trevisan, que não passam de falastrões porque não conhecem e não sabem o que estão falando.

Vejam bem, Senhores Deputados, realmente, o meu irmão, Roberto Fregonese congratulou-se com o Governador pela posição tomada no episódio de Paranaguá. Eu não poderia esperar uma outra coisa de um empresário; é exatamente isso que o Roberto Fregonese é.

Foi falastrão como foi Roberto Requião, foi porque não conhecia. Um outro detalhe: Roberto Fregonese em Paranaguá está há apenas um ano; não está como eu, Deputado Trevisan, há vinte e cinco anos.

Mas tudo isso eu venho lhe agradecer, Deputado Trevisan, porque o Senhor trouxe ao Estado do Paraná uma coisa que eu não poderia fazer propaganda, a propaganda da minha família, que comprovou que a democracia ronda lá em casa e que o meu pai não errou com a educação dos seus filhos; comprovou que a minha família tem independência de opiniões, de atitudes, não é como algumas famílias que não têm nem opiniões e muito menos atitudes.

Vou dizer também: comprovou também que eu, como Deputado Estadual, poderia ter o meu irmão trabalhando comigo ou poderia ter ajudado algum filho meu ou alguém a ser eleito prefeito de uma outra cidade e nada disso aconteceu. Isso comprova que eu não sou padrinho do meu irmão como o Governador é padrinho dos seus irmãos.

Vejam bem, o meu irmão Roberto Fregonese representa os seus interesses, ele é um empresário do ramo de postos de gasolina e eu represento a cidade de Paranaguá, os seus habitantes, os seus empresários e

seus trabalhadores. Nós políticos temos uma visão muito mais ampla, muito diferente dos empresários, nós temos uma visão social, o que os empresários não têm.

Agora, Deputado Trevisan, eu só tenho que lhe agradecer porque o Senhor mostrou ao Estado do Paraná que existe coerência, que existe democracia na família Fregonese. E vou lhe dizer mais, a família Fregonese são quatro irmãos que vieram da Itália há quase quarenta anos: o Tino, a Bruna, o Avelino e o Rino. O Tino e a Bruna continuam solteiros e trabalhando em prol deste País; o Rino teve um filho, que é meu primo, chamado Mauro que tem emprestado muitas vezes o avião para o Governador do Estado, para alguns Deputados, tem feito banquetes que alguns Deputados presenciam e acompanham; o Mauro Fregonese, um excelente empresário, uma pessoa amiga do Governador Requião, que fez a campanha do Governador Requião e que nós aceitamos a sua decisão política. O Senhor Adelino Fregonese, pai de Roberto Fregonese, empresário, do Lourenço Fregonese, político voltado com as questões do seu município e pai do Franco, comerciante, este nos ensinou que não tivéssemos vergonha nunca de defender o que nós acreditamos. E eu acredito na cidade de Paranaguá, e volto a dizer...

O Sr. Oswaldo Trevisan - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Eu não lhe permito, Deputado, porque eu esperei que o Senhor falasse para depois poder falar.

O Sr. Oswaldo Trevisan - Então, que democracia é esta?

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Não é uma questão de democracia. O Senhor achou que o Senhor viria aqui, com essa mediocridade, com essa ação pequena, trazendo um telex que meu irmão enviou ao Governador Requião, achando que isso abalaria o meu propósito e minha intenção em prol de Paranaguá.

O Senhor se enganou, Deputado Trevisan. O Senhor somente provou que a minha família tem independência de atitudes e opiniões e infelizmente, não deve acontecer na sua família e na família do nobre Deputado Toti Colaço.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado José Tavares.

O SR. JOSE TAVARES - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados. Venho a esta tribuna nesta tarde, para

tecer alguns comentários a respeito do seqüestro havido em Londrina, no último dia 9, envolvendo a filha de um grande empresário da nossa cidade e que felizmente culminou com o resgate da vítima, sem maiores problemas e que foi resultado de um apelo da família à imprensa da nossa cidade, à imprensa de todo o Estado e que, graças à ação eficiente da Polícia Civil do Paraná, através do Grupo Tigre, de ação de combate ao seqüestro, comandado pelo Delegado Adalto Abreu de Oliveira, o referido seqüestro teve um desfecho extremamente feliz.

Por que é que eu como ex-Delegado, como Deputado, como homem que entende que a situação da segurança no Paraná não é das melhores, posso vir à tribuna para fazer um comentário a respeito desse caso? É muito simples, Senhor Presidente, nobres colegas. É que tem sido freqüente e eu mesmo sou um dos que, com alguma freqüência, já ocupei a tribuna desta Casa e da Câmara dos Deputados, os microfones de Rádios, de Televisões e me vali até de jornalistas para tecer críticas à inoperância, à ineficiência, à conivência da nossa Polícia.

Sei hoje que a polícia, como ontem, é uma das instituições mais desacreditadas no País, mas acho que não podemos ficar calados, toda vez que a Polícia, seja ela civil ou militar, agir de maneira eficiente e deixarmos de registrar a sua eficiência.

E nesse sentido que venho à tribuna para me somar a muitas vozes que hoje no Paraná, falam do sucesso da ação de resgate nesse seqüestro na cidade de Londrina.

Quando eu era Deputado Federal, eu tive a oportunidade de conversar com o então Ministro da Justiça, Jarbas Passarinho que era e é meu particular amigo, porque foi meu colega de muitos anos no Congresso Nacional, e dizia eu a Sua Excelência, naquela oportunidade: "Ministro, a questão da comunicação social no País, sobretudo das televisões, está a cargo do seu Ministério, mais especificamente da Polícia Federal. Por que é que Vossa Excelência não toma providências enérgicas para diminuir a apologia do crime de seqüestro e do tráfico de entorpecentes no País?" Eu entendia e continuo entendendo, Senhor Presidente, que a televisão é uma das grandes responsáveis por esta escalada de violência no País, toda vez que programas de grande audiência se preocupam em destacar os seqüestros e o tráfico de entorpecentes, e não se preocupam de maneira nenhuma destacar a prisão dos traficantes e dos seqüestradores.

É por isto que eu venho, nesta hora, registrar aqui o meu aplauso à Polícia Civil do Paraná, ao Delegado Chefe da Subdi-

visão de Londrina, ao Delegado Chefe do Grupo Tigre de Combate ao Seqüestro, no Estado do Paraná. Uma ação eficiente, profissional, responsável, madura, séria, destes policiais. Graças a esta ação é que a jovem, filha de empresário londrinense pôde ser libertada e a família, apesar do susto e o que todos nós passamos, não teve que sequer pagar um centavo para que este seqüestro pudesse chegar ao fim.

Por esta razão, Senhor Presidente, é que eu quero fazer, aqui, o registro. Esta Casa não pode omitir e se silenciar toda vez que qualquer órgão do Governo agir por ação ou omissão. Mas, ela também não pode, nobres Deputados, Deputado Severino Félix, calar quando um órgão do Governo agir com competência, com eficiência, com responsabilidade e com dedicação.

Por esta razão, Senhor Presidente, é que eu faço este registro. Para que esta Casa mantenha nos seus Anais a posição dos seus Parlamentares, de aplausos à ação da Polícia Civil do Paraná.

Concedo aparte, rapidamente, a eminente Deputada Emília Belinati.

A Sra. Emília Belinati (aparte) - Gostaria de cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento e me somar, realmente, aos elogios à Polícia Civil, Militar e todos aqueles que contribuíram para que tivesse fim, um fim satisfatório e feliz para esta moça que foi seqüestrada. Mas, registrar também a participação do SERCOMTEL de Londrina, a Companhia Telefônica de Londrina, porque foi fundamental o seu trabalho, também, na elucidação deste caso. E, lamentar que casos como estes estejam ocorrendo no Estado do Paraná.

Também quero aproveitar para cumprimentar a imprensa de Londrina, que se manteve, durante todo o período do seqüestro, a pedido da família e a pedido da própria Polícia, manteve-se quieta e não divulgou o seqüestro. De acordo com a própria Polícia, a contribuição da imprensa foi fundamental. E também da SERCOMTEL, para que não fosse pago o seqüestro e os seqüestradores fossem pegos pela Polícia.

Meus cumprimentos pelo seu pronunciamento.

O SR. JOSE TAVARES - Realmente, Vossa Excelência tem razão. A posição da imprensa local foi e deve ser aqui destacada, elogiada. Graças à postura de silêncio da imprensa é que o seqüestro teve o fim que teve. Realmente, nós temos que destacar.

Quando eu critico a apologia dos seqüestros e do tráfico de entorpecentes no País é que a grande imprensa, sobretudo a grande imprensa de televisão, é que se encarrega de promover, através do grande

destaque que tem dado aos seqüestros, aos seqüestradores, e muitas vezes até as vítimas que pressionadas pelo medo se obrigam a elogiar os seqüestradores, numa verdadeira apologia ao crime. E, felizmente, desta feita, mais um caso de seqüestro no Paraná foi elucidado, graças à eficiência e à operância da Polícia Civil do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 46 Senhores Deputados.

Sobre a Mesa, Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando que a discussão e votação das proposições constantes da Ordem do Dia marcada para a Sessão Extraordinária de hoje, sejam apreciadas englobadamente. Aprovado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulo Maia, constante do expediente, solicitando que a votação da Proposição nº 044/91, veto apostado ao Projeto de Lei nº 063/91, seja votado separadamente. Rejeitado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Requeiro verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai-se proceder a verificação de votação. Os Senhores Deputados que aprovam o Requerimento do Deputado Paulo Maia.

17 Senhores Deputados aprovam o Requerimento.

22 Senhores Deputados rejeitam o Requerimento. A votação será de maneira global.

O SR. PAULO MAIA - Eu requeiro recurso de votação Senhor Presidente, para uma nova conferência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Senhores Deputados que aprovam o Requerimento.

18 Senhores Deputados aprovam.

23 Senhores Deputados Rejeitam o destaque.

O SR. PAULO MAIA (Para Discutir) - Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência deverá discutir todos os Projetos englobadamente.

O SR. PAULO MAIA (Para Discutir) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, inclusive eu gostaria, já aproveitando a decisão de Vossa Excelência, já que Vossa Excelência pede para que eu faça a discussão de todos os Projetos dentro do prazo regimental de 30 minutos.

Eu creio que a cada Projeto caberia então 30 minutos, já que nós temos 5 Projetos, eu terei três horas para discutir os seis Projetos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência tem 30 minutos para discutir todos os Projetos.

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, vamos pegar Projeto por Projeto, obviamente, mas a nossa preocupação primeira, prende-se à discussão da Proposição Única de nº 44/91 Projeto de Lei nº 63/91.

Primeiramente eu quero citar o que estabelece a Constituição Federal do Estado do Paraná e o que está dizendo o Requerimento de Sua Excelência o Senhor Governador Roberto Requião. Diz e quero ter toda a calma possível para apresentar, não para ensinar que obviamente todos os Senhores Deputados são conhecedores do que estabelece a Carta Magna desse País e a deste Estado, e o Artigo 8º da Constituição Federal é bastante claro quando diz: "E livre a Associação profissional ou sindical observado o seguinte: 1º - a Lei não poderá exigir autorização do Estado para a Fundação do Sindicato ressalvado, o Registro no Órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical. O Inciso 4º estabelece: a assembléia geral da categoria obviamente é implícita, a assembléia geral fixará contribuição que em se tratando de categoria profissional será descontada em folha para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em Lei.

O inciso 5º diz: "Ninguém será obrigado a filiar-se ou manter-se filiado a sindicatos".

O Governador, ao vetar o nosso Projeto, argumenta, dispõe o autógrafo que o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Administração, procederá as consignações em folha de pagamento das mensalidades das entidades sindicais e associativas dos servidores públicos; dispõe ainda, que os valores arrecadados deverão ser repassados para as contas bancárias das entidades consignantes num prazo máximo de cinco dias, prevendo também as sanções por transgressões à medida da perda do cargo público.

Diz da competência: "O Plano de Lei em

exame não mereceu acolhimento, em razão de sua flagrante inconstitucionalidade, eis que afronta o mandamento contido no artigo 66, inciso 2º da carta estadual, o qual confere ao Governador do Estado a competência privativa para o início do processo legislativo de leis que disponham sobre os servidores públicos do Poder Executivo e seu regime jurídico".

Senhor Presidente e Senhores Deputados, eu creio que flagrante inconstitucionalidade é o Governador tomar uma medida desta forma, quando sabe que nós não estamos entrando na competência de legislar sobre o funcionalismo público; nós estamos apenas pedindo para que se regulamente uma situação que hoje é posta por decreto, uma situação que ao bel prazer do Governador, ele a extingue no momento que quer, porque o momento que as entidades sindicais se mobilizam para fazer qualquer manifestação, o Governo a seu bel prazer, procura de uma única vez, degolar o servidor público, tirando o dinheiro das suas entidades, obviamente com isso, tentando frustrar as suas manifestações. Por isso, o nosso Projeto é bem claro, é de refazer o que se estabelece na Constituição brasileira, é dar direito aos sindicatos por lei os seus descontos implantados nas folhas e repassados imediatamente às entidades sindicais.

Por isso, é vergonhosa essa manifestação quando diz que nós estamos entrando em área privativa do Governo do Estado, que é legislar sobre o funcionalismo público.

Ora Senhor Presidente e Senhores Deputados, é simplesmente querer esconder o sol com a peneira, e simplesmente querer enganar a opinião pública. É mais adiante uma outra questão que nos envergonha enquanto servidores, ademais é importante ressaltar que a medida se acolhida viria, conforme esclarecimentos da Secretaria de Estado da Administração, implicar em aumento da despesa pública, exigindo sem a necessária previsão, gastos adicionais com pessoal e recursos de informática necessários à manutenção do sistema, fato este que aumenta o grau de inconstitucionalidade do Projeto de Lei 63/91, porque afronta também norma da Carta Federal e da do Estado pertinentes a execução e elaboração orçamentárias.

Quero trazer ao conhecimento desta Casa, documento oficial Senhor Presidente e Senhores Deputados, da Secretaria de Estado das Finanças através da Casa Civil, onde nós tomamos a liberdade e vimos a preocupação porque este fato nos tinha sido confirmado de que seria vetado pelo Senhor Governador.

Diz: "Casa Civil informação nº 1159637 - assunto: informações sobre os valores arrecadados pelo Estado - prestem bem

atenção Senhor Presidente e Senhores Deputados, isso é documento do Governo do Estado, não é documento do Deputado que vos fala - através das "consignações". Para aprovar o que nós estamos querendo não é trazer despesas para o Estado do Paraná mas é regularizar uma situação aflitiva pela qual passam os Sindicatos e Associações quando vão ao movimento e com a camisa de força dos governos, passado-se o preceito, a primeira coisa que faz é revogar o decreto tirando o dinheiro das entidades e das associações.

Diz, das consignações em folha de pagamento das Associações e sindicatos de funcionários públicos, isso, Senhor Presidente e Senhores Deputados, em fevereiro de 1992. Por isso fazemos os cálculos dos números, visto que os valores hoje, atualizados, são bem maiores do que os que aqui estão.

Mas vejam também os Senhores o montante que o Estado arrecada tendo a sua própria estrutura e em nada alterará essa proposta que estamos apresentando a esta Casa.

Diz, "em resposta à solicitação, acima, formulada em requerimento pelo Deputado Paulo Maia encaminhada a esta Casa Civil, através de V.Exa., cumpre-se passar-se às suas mãos a relação cadastral das entidades com desconto em folha de pagamento em fevereiro de 92 fornecida pela Secretaria de Estado da Administração". Assina o Chefe da Casa Civil substituto Dr. Mauro Rocha.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, para provar que não confere o que S.Exa. o Governador diz no seu ofício para tentar encobrir a verdade que demonstra o medo da organização civil neste Estado, demonstra o medo da organização dos servidores públicos quando da necessidade de uma manifestação e a preocupação em vetar o nosso Projeto; não é tanta despesa e nem quanto a ferir dispositivo constitucional, mas é contra o receio da organização dos trabalhadores em se manifestarem contra atitudes arbitrárias que prejudiquem os servidores públicos do Paraná.

E aqui está para quem quiser conferir, Senhor Presidente e Senhores Deputados, documento do Governo do Estado, vejam bem os Senhores os números, os números que os sindicatos pagam, porque cada sindicato paga 1% da sua arrecadação para que o Estado implante esse direito. Cada sindicato Senhor Presidente, Senhores Deputados, paga 1% da sua arrecadação para que essas consignações sejam feitas em folhas e repassadas às entidades, e hoje isto é uma realidade. Nós queremos apenas que o Decreto seja transformado em lei e que os governantes que por aí passarem não hajam de forma arbitrária, retirando de uma ma-

nifestação dos servidores a sua contribuição sindical.

Vejam bem Senhor Presidente, Senhores Deputados, os números que mostram que o que os servidores estão fazendo não é nada de graça, eles estão pagando através das suas entidades para que isso exista. Hoje, com os valores de fevereiro nós temos uma arrecadação pelo Estado do Paraná de mais de seis milhões de cruzeiros, para que o Estado implante esses descontos que hoje são a realidade.

Agora, dizer que nós estamos nos de-frontando, indo contra um preceito constitucional, é fugir a verdade, não é querer reconhecer que o medo do Governo atual como foi dos governos passados, o medo da mobilização dos servidores que têm sido desrespeitados em governos passados e não é diferente do governo presente. Não tenho saudade do AI-5, mas tenho receio que se hoje o AI-5 estivesse em vigor, com certeza o Governador Requião, assim como o Governador passado e tantos outros teriam usado para coibir o movimento dos servidores públicos desse Estado.

Nós temos aqui, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que tal alegação não confere com a verdade, as entidades associativas desde 60 remuneram o Estado designando 1%, não há de se alegar portanto, aumento de despesa, não há de se alegar, portanto, contratação de mais funcionários, não há de se alegar, portanto, maiores despesas informáticas, há de se alegar de fato de que o Governo não tem intenção de atender os servidores públicos do Paraná através de suas organizações sindicais, isso demonstra mais uma vez que a democracia ficou apenas no palanque, demonstra mais uma vez que a democracia civil organizada incomoda.

E neste momento quando nós queremos que este Projeto se transforme em Lei, nós estamos querendo apenas garantir um direito a mais dos servidores, que a Constituição Federal garante, por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, não temos receio de vir a esta Tribuna, é óbvio que os servidores não têm como participar do processo de barganha é dando que se recebe, e nós estamos pagando, não estamos dando, nós estamos pagando para que os nossos direitos sejam garantidos, para que as entidades sindicais não sofram o que sofreram no governo Osken de Novaes, e o que sofreu no Governo recentemente de Alvaro Dias, quando num movimento brilhante, porque os professores tiveram coragem de vir à praça pública dizer "não" às suas intransigências e o desrespeito às suas reivindicações, eles tiveram naquela oportunidade cassadas as suas consignações, por quê? Porque o Governo tem esse direito através de Decreto.

Por isso nós não vemos justificativa alguma em querer alegar a inconstitucionalidade da nossa iniciativa. Não vemos justificativa alguma de dizer que as entidades sindicais e que as associações de classe não têm direito a desconto em folha de pagamento através de Lei, e esse direito foi garantido na Constituição Federal, este direito está garantido na Constituição Estadual, garantido no momento em que o Governo do Estado já vem durante todo esse período fazendo a implantação, e não alegando despesa qualquer para efetivação desses gastos.

Por isso, nós temos certeza que a coerência há de prevalecer nesse Plenário, e que mais esse direito dos servidores públicos assim como aquele que nós estamos lutando desde três semanas passadas, desde três Sessões passadas para que se garanta o Instituto de Previdência.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós temos certeza que a coerência, a consciência e o compromisso com a democracia social, o compromisso com a luta civil, o compromisso com as entidades sindicais e associações organizadas tenham aprovação neste Plenário através desta Lei, tenham o respeito desta Casa.

As entidades temos certeza que terão esse respeito porque os Senhores Deputados não de derrubar este Veto porque nós estamos provando que aquilo que está dito no encaminhamento de Veto a esta Casa por S.Exa. o Senhor Governador não corresponde a verdade daquilo que está dito na Constituição Federal.

Nós estamos entrando na competência da contratação e do aumento de despesas do Governo do Estado, mas estamos entrando na competência da organização civil dos trabalhadores do serviço público.

Esta é a nossa posição e com certeza haveremos de ter mais de vinte e oito votos, porque os Deputados do Paraná conscientes, com o voto dado pelo povo, não de respeitar este direito da sociedade civil organizada, como tenho certeza também que não de respeitar este direito da sociedade civil organizada, como tenho certeza também que não de respeitar os direitos com o Instituto de Previdência e outros mais.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, obviamente da nossa parte merecem análise os demais vetos, mas eu creio que caberá à consciência e a responsabilidade desse Plenário fazer a análise consciente desses vetos e optar pela derrubada dos mesmos. Porque nós temos certeza de que aqui se englobou alguns projetos que merecem destaque sem querer desmerecer qualquer um deles pela sua relevância.

Temos certeza de que há de se prevale-

cer a consciência. E nós tínhamos que fazer esse encaminhamento dando destaque ao que propõe o item 1º.

A forma de se encaminhar, como foi pedido de votação em bloco, quando se alegava que o voto em bloco se dava apenas nas sessões extraordinárias, hoje está se fazendo justamente o contrário; nós estamos votando vetos de sessão ordinária cujo pedido nós estranhamos muito o encaminhamento em bloco porque isto é simplesmente tentar esconder o que está por trás, principalmente, deste Projeto da pauta, o Projeto nº 01.

Porque no momento em que se derrubarem os demais projetos na votação em bloco, automaticamente este Projeto também estará derrubado e estará derrubado também o direito dos servidores públicos, o direito das suas entidades, o direito das suas associações de sindicatos de se manifestarem no momento em que acharem por bem na luta pelas suas reivindicações e pelos seus direitos.

Eu tenho certeza de que a maioria da Casa há de derrubar estes vetos, por quê? Porque reconhecerão, mais uma vez volto a frisar, os direitos da sociedade civil organizada, através dos seus sindicatos.

Eu tenho certeza de que os votos desta Casa não esconderão com medo de uma prensa do Governo ou de quem quer que seja, porque eu estranhava demais quando, na sessão passada, Deputados de sustentação do Governo nos diziam que é uma determinação do Chefe da Casa Civil que os vetos fossem derrubados. Nós não fomos eleitos por Chefe de Casa Civil, nós não fomos eleitos pelo Governo do Estado; nós fomos eleitos pelo Paraná e a ele nós devemos o nosso respeito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Senhor Deputado Rafael Greca para encaminhar a votação.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

No sentido de encaminhamento global da votação, que foi a vontade da maioria desse Plenário, esta Liderança do PDT encarece especificamente aos Deputados a derrubada dos vetos apostos aos diversos projetos de Lei que estão sendo discutidos nesta Casa nesta tarde para todos eles consignarem a vontade do povo do Paraná e já terem sido definidos pela Assembléia nas diversas comissões e no colegiado.

Não tem nenhum sentido o veto do Governador apostado ao Projeto de autoria do Deputado Paulo Maia que estabelece obrigatoriedade de consignação em folha de pagamento das mensalidades das entidades associativas, sindicais dos servidores públi-

Curitiba, terça, em 19.05.92

cos. Como também não tem nenhum sentido o veto apostado ao projeto do Deputado Djalma de Almeida César que autoriza o Poder Executivo a estender aos ocupantes de cargos de nível superior da Fundação Caetano Munhoz da Rocha, a gratificação de responsabilidade técnica, conforme especifica o Relatório da Comissão de Constituição e Justiça.

Não tem nenhum sentido o veto apostado ao Projeto de autoria do Nobre Deputado João Iensen, que autoriza implantação de terminais de computadores nos postos fiscais da Secretaria de Estado das Finanças, já que a democratização da informação é da maior importância para o acesso ao povo aos dados necessários.

Não tem nenhum sentido o veto apostado ao projeto de autoria do Nobre Deputado Erondy Silvério que é generoso com relação aos livros didáticos da rede estadual de ensino, substituídos só com autorização do Conselho Estadual de Educação. Como não tem nenhum sentido o veto apostado ao DIEESE como entidade de Utilidade Pública.

Representações do Sindicato dos Urbanitários do Paraná; do Sindicato dos Metalúrgicos; do Sindicato dos Professores do Paraná; do Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura e Meio Ambiente; do Sindicato dos Servidores do Judiciário do Paraná; da Federação dos Bancários do Paraná; da Federação dos Trabalhadores em Educação do Paraná; da Direção Nacional do DIEESE; do Sindicato dos Servidores das Secretarias e Órgãos dos Servidores do Paraná; da Direção Técnica do DIEESE; do Sindicato dos Bancários de Curitiba; do Sindicato do Magistério Municipal de Curitiba; da CUT - Central Única dos Trabalhadores; da Inter-sindical do Paraná; da Força Sindical; da Direção do DIEESE e do Sindicato dos Trabalhadores em Pesquisa do Paraná, estão nesta Assembléia para assistir esta votação.

Vê-se que aos poucos se esvazia a bancada do governo deste Plenário. E de se lamentar que uma entidade como DIEESE que é uma espécie de registro do custo de vida, servindo a sociedade de forma extremamente utilitária, sem que os seus dirigentes recebam nenhuma remuneração, tenha um veto a um simples Projeto de declaração de Utilidade Pública negado.

O Governador Antônio Carlos Magalhães foi mais generoso que o Governador Roberto Requião. Lá na Bahia, o DIEESE é de Utilidade Pública. O Governador Fleury em São Paulo foi mais generoso que o Governador Roberto Requião. Lá em São Paulo, o DIEESE é de Utilidade Pública. O Governador das Minas Gerais foi mais generoso que o Governador Roberto Requião. Lá em Minas Gerais, o DIEESE é de Utilidade Pública.

No Rio de Janeiro está em tramitação

o projeto e eu tenho certeza que o Governador Leonel Brizola não vai vetá-lo.

Vetar a declaração do DIEESE como órgão de Utilidade Pública equivale àquele maquinista insandecido da anedota, que quando viu que a caldeira da locomotiva que estava prestes a explodir, ao invés de resfriar a caldeira pegou um porrete e quebrou o mostrador que mostrava que a temperatura da caldeira estava muito alta.

Não tem nenhum sentido se detestar o DIEESE, nós devemos detestar a inflação, a alta do custo de vida, nós devemos detestar a opressão da classe trabalhadora, nós devemos detestar todos os mecanismos de opressão do povo brasileiro que se patenteia cada vez mais na sociedade como verdadeiros cânceros sociais.

De maneira que, ao encaminhar globalmente os cinco projetos fazendo a vontade do Deputado que assim propôs a esta Assembleia, eu peço especial atenção para o repúdio ao veto apostado a real utilidade pública do Departamento Intersindical de Estatística, o nosso DIEESE.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Inicia-se o processo de votação.

O Sr. 1º Secretário procederá a chamada dos Srs. Deputados.

Os Srs. Deputados que forem favoráveis a manutenção do veto deverão se manifestar votando com as cédulas que contêm a expressão "SIM".

Os contrários a manutenção do veto deverão se manifestar utilizando para votação as cédulas que contêm a expressão "NÃO".

O SR. 1º SECRETARIO - (João Arruda) Procede a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. ORLANDO PESSUTTI - (Pela Ordem) - Sr. Presidente, tendo em vista deliberação de V.Exa. por ocasião da Sessão na última quinta-feira, quando V.Exa. entendeu e determinou que o fato do Deputado Paulo Maia, naquela ocasião, ter participado da discussão e do encaminhamento da votação, que a presença do mesmo seria contada.

Eu requeiro a V.Exa. que mesmo comportamento seja adotado na tarde de hoje com referência ao Deputado Paulo Maia e ao Deputado Rafael Greça de Macedo, tendo em vista que ambos participaram do processo de encaminhamento da votação e portanto fazem parte do quórum para deliberação na presente tarde de hoje.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - A Mesa não tem como obrigar o Deputado a praticar o exercício do voto em votação

secreta.

(Palmas...)

Segue-se a Sessão.

O SR. 1º SECRETARIO - (João Arruda) (Continua a chamada nominal dos Srs. Deputados)

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Votaram 24 Srs. Deputados.
Não há quórum para votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Pela Ordem) - Sr. Presidente, tem a 2ª chamada para votação.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - V.Exa. tem razão. Vamos proceder tantas quantas chamadas V.Exa. desejar.

O SR. 1º SECRETARIO - (João Arruda) - (Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados para a votação do veto).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Votaram 25 Srs. Deputados.
Não há quórum para apreciação do veto.

DISCUSSÃO ÚNICA - DA PROPOSIÇÃO Nº 044/91, VETO apostado ao Projeto de Lei nº 063/91, de autoria do Deputado Paulo Maia, que estabelece a obrigatoriedade de consignação em folha de pagamento, das mensalidades das entidades associativas e sindicais dos Servidores Públicos, com Relatório da C.C.J., considerando o VETO em condições de ser apreciado pelo Plenário. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. nº 18, de 13.03.91).

OF/SAT/DTL/ Nº 169/91

Curitiba, 28.06.91

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 92/91, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art.87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 063/91, por julgá-lo inconstitucional e em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Administração, procederá às consignações, em folha de pagamento, das mensalidades das entidades sindicais e associativas dos servidores públicos. Dispõe ainda que os valores arrecadados deverão ser repassados para contas bancárias das entidades consignantes, no prazo máximo de cinco dias, prevendo, também, as sanções por transgressões à medida, a perda do cargo público.

Presidente
ROSSONI
Relator

O plano de Lei em exame não mereceu acolhimento em razão de sua flagrante inconstitucionalidade, eis que afronta o mandamento contido no art. 66, inciso II, da Carta Estadual, o qual confere ao Governador do Estado a competência privativa para o início do processo legislativo de leis que disponham sobre servidores públicos do Poder Executivo e seu regime jurídico. Tal preceito está reafirmado no inciso IV, do art. 87, da Constituição do Estado do Paraná.

Ademais, é importante ressaltar que a medida, se acolhida, viria, conforme esclarecimentos da Secretaria de Estado da Administração, implicar em aumento da despesa pública, exigindo, sem a necessária previsão, gastos adicionais com pessoal e recursos de informática necessários à manutenção do Sistema, fato este que aumenta o grau de inconstitucionalidade do Projeto de Lei 063/91, porque afronta, também, normas da Carta Federal e da do Estado, pertinentes à execução e elaboração orçamentárias.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei 63/91, foi Publicado no D.A. nº 18, de 13.03.91)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO VETO Nº 44/91

P A R E C E R:

A presente Proposição Veto, foi comunicado a este Poder Legislativo através do ofício SAT/DTL/ Nº 169/91, do Gabinete do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, manifestando veto aposto ao Projeto de Lei nº 063/91, de autoria do nobre Deputado Paulo Maia e outros, objetivando estabelecer a obrigatoriedade de consignação em folha de pagamento, das mensalidades das entidades associativas e sindicais dos Servidores Públicos.

Procedida a análise da Proposição em tela, ressaltamos a conformidade do ato com os preceitos dos Artigos 87, inciso VII e 71, parágrafo 1º, da Constituição do Estado do Paraná, que estipulam competência e prazos para a manifestação de Veto governamental.

Nestas condições, somos pela apreciação da Proposição em Plenário, haja vista que nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação processual.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 13.08.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição nº 045/91, VETO aposto ao Projeto de Lei nº 058/91, de autoria do Deputado Djalma de Almeida Cesar, que autoriza o Poder Executivo a estender aos ocupantes de cargos de nível superior da Fundação Caetano Munhoz da Rocha - FCMR, a Gratificação de Responsabilidade Técnico, conforme específica. Com Relatório da C.C.J., considerando o VETO em condições de ser apreciado pelo Plenário. (Publ. no D.A. nº 18, de 13.03.91). Encerrada a Discussão.

OF/DTL/SAT nº 178/91

Curitiba, 05 de julho de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do ofício nº 104/91, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, VETEI o Projeto de Lei nº 058/91, por julgá-lo inconstitucional em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo estender a Gratificação de Responsabilidade Técnica de que trata a Lei nº 9.049, de 06 de julho de 1989, aos ocupantes de cargos de nível universitário da Fundação Caetano Munhoz da Rocha, inclusive aos inativos.

O Plano de Lei em exame, não mereceu acolhimento em face de sua indiscutível inconstitucionalidade, porque fere frontalmente os mandamentos contidos nos incisos I e II, do art. 66, da Constituição Estadual, os quais combinados com o disposto no art. 87, inciso IV, da mesma Carta, conferem ao Governador do Estado a competência privativa para o início do processo legislativo de leis que disponham sobre servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, ou que de qualquer modo, aumentem sua remuneração.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 58/91 foi publ. no D.A. nº 53, de 15.05.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO VETO Nº 45/91

P A R E C E R:

A presente Proposição Veto, foi comu-

nicada a esta Assembleia Legislativa através do Ofício SAT/DTL/Nº 178/91, de 05 de julho de 1991, do Gabinete do Exellentíssimo Senhor Governador do Estado, manifestando VETO aposto ao Projeto de Lei nº 058/91, de autoria do nobre Deputado Djalma de Almeida Cesar, que objetiva autorizar o Poder Executivo a estender aos ocupantes dos cargos de nível superior, da Fundação Caetano Munhoz da Rocha - FCMR, a gratificação de Responsabilidade Técnica, prevista pela Lei nº 9.049/89.

Procedida a análise da Proposição em tela, ressaltamos a conformidade da negativa, com os preceitos contidos nos Artigos 87, inciso VII e 71, parágrafo 1º, da Constituição do Estado do Paraná, que estipulam competência e prazos para a manifestação de Veto Governamental.

Nestas Condições, somos pela a apreciação da Proposição em Plenário, pois nada encontramos que possa obstar a normal tramitação processual legislativa.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 13.08.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

NELSON JUSTUS

Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição nº 046/91, VETO aposto ao Projeto de Lei nº 184/91, de autoria do Deputado João Iensen, que autoriza a implantação de terminais de computadores em postos fiscais da Secretaria de Estado das Finanças, conforme específica. Com Relatório da C.C.J., considerando o VETO em condições de ser apreciado pelo Plenário. (Publ. no D.A. nº 53, de 15.05.91). Encerrada a discussão.

OF/DTL/SAT Nº 179/91

Curitiba, 05 de julho de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 104/91, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, VETEI o Projeto de Lei nº 184/91, por julgá-lo inconstitucional em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a implantar, num prazo máximo de seis meses, um sistema de computadores em todos os postos fiscais nos locais de acesso aos Estados limítrofes com o Paraná, interligados a uma Central de Operações e de Computação de Dados e Informações da Secretaria de Estado das Finanças.

O Plano de Lei em exame, embora rotulado como autorizatório não o é porque estabelece prazo certo para a sua execução,

mereceu ser vetado por flagrante inconstitucionalidade, eis que fere frontalmente o preceito contido no art. 133, § 2º, da Constituição Estadual, segundo o qual os recursos para tal empreendimento deveriam estar previstos na Lei de Meios.

A inconstitucionalidade do Projeto de Lei em causa ressalta, ainda mais, porque a preconizada medida afronta o art. 66, inciso IV, da Carta Estadual, onde está contida como de competência privativa do Governador do Estado a iniciativa do processo legislativo de leis que versem sobre estrutura e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 184/91 foi publ. no D.A. nº 53, de 15.05.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO-VETO Nº 046/91

P A R E C E R:

Em analisando a proposição-veto, supra, oriunda do Poder Executivo, comunicada a essa Casa de Leis, através do Ofício DTL/179/91, objetivando vetar o Projeto de Lei nº 184/91, de autoria do nobre Deputado João Iensen, que autoriza a implantação de terminais de computadores em postos fiscais da S.E.F..

Sob os aspectos legais, constitucionais e regimentais, verificamos estar a mesma em conformidade com o art. 71, e seus parágrafos da Constituição do Estado e artigo 215 e parágrafos do Regimento Interno da Assembleia.

Nestas condições é o parecer, pela apreciação da matéria pelo egrégio Plenário, nada obstando a sua normal tramitação legislativa.

Sala das Sessões, em 13.08.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSE AFONSO JUNIOR

Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 048/91, VETO aposto ao Projeto de Lei nº 070/91, de autoria do Deputado Erondy Silvério, que dispõe que os livros didáticos utilizados pela Rede Estadual de Ensino, somente serão substituídos mediante expressa autorização do Conselho Estadual de Educação. Com Relatório da C.C.J., considerando o VETO em condições de ser apreciado pelo

OF/DTL/SAT Nº 213/91

Curitiba, 24 de julho de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 118/91, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, VETEI o Projeto de Lei nº 070/91, por julgá-lo inconstitucional em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo a estabelecer critérios quanto ao processo de escolha de livro didático pelos estabelecimentos de ensino, determinando ainda o prazo de 90 dias para o Poder Executivo regulamentar a pretensa Lei, a partir de sua publicação.

Meritório e de relevante alcance seria o Projeto de Lei em exame, caso já não se encontrasse definida a matéria nele contida em legislação específica e de idêntico teor.

A Lei nº 7.730, de 05 de setembro de 1983, devidamente regulamentada pela Resolução nº 4.094/83, da Secretaria de Estado da Educação, versa sobre o mesmo assunto, com absoluta identidade de objetivos.

E é justamente este aspecto que determina sua inconveniência aos interesses do Estado, uma vez que, se aprovada, revogaria de plano a Lei nº 7.730/83, deixando um interregno de até 90 dias, período estabelecido para sua regulamentação.

Não bastasse o exposto, deve-se ressaltar ainda que o mandamento principal da preconizada medida, contido em seu art. 1º, apresenta-se vago quanto às instituições de ensino que lhe são afetas, se somente os estabelecimentos da rede pública, ou sua abrangência englobaria também os da rede privada.

Outra omissão significativa e que dificulta sua exeqüibilidade é relacionada ao detalhamento de níveis de ensino, não mencionando se a medida proposta deveria atingir somente o 1º grau ou aos demais níveis e modalidades de ensino.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 070/91, foi publ. no D.A. nº 19, de 14.03.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

P A R E C E R:

A proposição em tela traz um veto apostado ao Projeto de Lei nº 070/91, que foi comunicado a esta Casa pelo Senhor Governador do Estado, através do Ofício nº 213/91, daí decorrendo o prazo constitucional para a devida apreciação por esta Assembléia Legislativa.

A negativa governamental foi proferida dentro do prazo legal estabelecido pela Constituição Estadual.

O Senhor Governador vetou o referido Projeto de Lei usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso VII e § 1º, do art. 71, ambos do Instituto Constitucional Estadual.

Assim, somos de parecer que nada obsta a apreciação da presente proposição de veto em Plenário.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 27.08.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

DURVAL AMARAL

Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 006/92, VETO apostado ao Projeto de Lei nº 504/91, de autoria do Deputado Rafael Greca de Macedo, declara de Utilidade Pública o Departamento de Estatística e Estudos Sócio-Econômico - DIEESE. Com Relatório da C.C.J., considerando o VETO em condições de ser apreciado pelo Plenário. (Publ. no D.A. nº 146, de 06.11.91). Encerrada a discussão.

OF/DTL/SAT nº 467/91

Curitiba, 26 de dezembro de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 348/91, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, VETEI o Projeto de Lei nº 504/91, por entendê-lo desnecessário e contrário ao interesse público, tendo em vista que a entidade em referência, por ser sediada na Capital do Estado de São Paulo, onde já é declarada como de Utilidade Pública, não há razão para outras declarações isoladas nesse mesmo sentido.

Esse o motivo que me levou a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO VETO Nº 06/91

P A R E C E R:

A presente Proposição veta o Projeto de Lei nº 504/91, de autoria do nobre Deputado Rafael Greca de Macedo, que declara de Utilidade Pública o Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômico - DIEESE, e que foi comunicado a esta Casa pelo Senhor Governador através do Ofício DTL/SAT nº 467/91.

Procedida a análise constitucional e regimental da presente Proposição, encontra-se a mesma dentro dos procedimentos e prazos estabelecidos.

Diante do exposto, a matéria encontra-se em condições de ser submetida à consideração do douto Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.02.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

EMÍLIA BELINATI

Relatora

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu quero convidar os Senhores Deputados hoje, num dos auditórios aqui do subsolo do prédio novo, às 17:30 horas, para uma reunião, onde estarão presentes várias entidades da sociedade civil, em que nós vamos discutir o julgamento do Senhor Darly Alves, que foi o mandante do assassino de Chico Mendes, e que estará sendo julgado em Umuarama no Paraná por um outro crime cometido neste Estado.

E nós já sabemos que a Justiça do Acre acabou anulando o primeiro julgamento.

Então, é fundamental que essa pressão seja exercida também aqui no Estado do Paraná, porque hoje, a impunidade deste cidadão envergonha o Brasil perante o Mundo.

Então, hoje, às 17:30 horas, num dos auditórios no subsolo do prédio novo, convidamos todos os Senhores Deputados.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, nós pedimos a palavra para solicitar a Vossa Excelência que determine à Assessoria da Mesa as providências necessárias junto às Lideranças dos Partidos PRN, PSDB e PDT para que os mesmos façam a indicação dos seus representantes às Comissões Técnicas Permanentes que, tendo em vista que esses partidos ainda não indicaram, algumas dessas comissões não puderam ser novamente instaladas, o que está acarretando algum prejuízo na tramitação dos projetos.

Solicito também de Vossa Excelência que determine a formação da Comissão Especial de Reforma à Constituição, tendo em vista que nós temos proposta de autoria do

Deputado Durval Amaral, Renato Adur e apoiado por mais de 30 Senhores Deputados que também precisa tramitar, dadas as reivindicações que têm chegado aos nossos gabinetes.

Então, eu apelo a Vossa Excelência que determine as providências necessárias para que nós possamos regularizar essa situação pendente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Agradeço sumamente satisfeito a lembrança de Vossa Excelência e tomarei as providências necessárias.

Sobre a mesa, requerimento de nº 715, de autoria do Senhor Deputado João Preis, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 716, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 20, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 510/91, 565/91.
- 1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 605/91, 079/92.

Levanta-se a sessão.

Atos da Comissão Executiva:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 134/92

Art. 1º - Conceder aos servidores do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, a partir de 1º de abril de 1992, reajuste em seus vencimentos, de acordo com os índices abaixo discriminados:

I - Trinta por cento (30%) para os cargos efetivos, inativos e regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho;

II - Trinta por cento (30%) para as pensões pagas por este Poder a qualquer título;

III - Cento e sete vírgula oitenta e cinco por cento (107,85%) para os cargos em Comissão, símbolos DAS, C e G;

Art. 2º - Os valores das funções gratificadas, ficam reajustados em 30% (trinta por cento);

Art. 3º - Os valores das gratificações de representação de gabinete, ficam reajustados em 107,85 por cento (107,85%);

Art. 4º - O valor da gratificação de produtividade fica fixado em Cr\$ 33.441,20 (trinta e três mil, quatrocentos e quarenta e um cruzeiros e vinte centavos);

Art. 5º - O valor do salário-família, por dependente legal, fica fixado em Cr\$ 1.072,60 (hum mil, setenta e dois cruzeiros e sessenta centavos);

Art. 6º - O limite máximo a ser pago, a qualquer título, aos servidores desta Assembléia Legislativa, não poderá ultrapassar a remuneração do Secretário de Estado, acrescido de 35% (trinta e cinco por cento);

Art. 7º - Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de abril de 1992, revogadas as disposições em contrário.

(Resol. nº 064)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 135/92
conceder aposentadoria, a pedido, a MANOEL MARTINS DE CASTRO, matrícula nº 315, ocupante do cargo de Consultor Técnico "A"-NU-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 35, inciso III, letra "a", da Constituição Estadual; Art. 140, incisos I e III, da Lei nº 6174/70, com proventos mensais e integrais correspondentes ao seu cargo efetivo, acrescidos de gratificação referente à simbologia 1-F, regulamentada pelo Decreto nº 4640/89, incorporada; cinco (05) triênios incorporados, segundo o Art. 4º e § 1º da Resolução nº 02/64 e Proposição nº 66/83; cinco (05) quinquênios incorporados, de acordo com o Art. 170 e parágrafo único da Lei nº 6174/70; cinco (05) adicionais incorporados, de acordo com o Art. 171 e seus parágrafos da citada Lei nº 6174, e cem por cento (100%) de gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, conforme o Art. 1º da Lei nº 6794/76, com nova redação dada pelo Art. 6º da Lei nº 21/84.

(Prot. nº 912)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 136/92
prover, AGOSTINHO CREPLIVE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado José Afonso Júnior, a partir de 1º de abril de 1992.
Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 27.04.92.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 137/92

I - exonerar, a pedido, HELENA APARECIDA MACEDO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Ademar Luiz Traiano, a partir de 1º de maio de 1992;

II - prover, VERA LUCIA DA SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Ademar Luiz Traiano, a partir de 1º de maio de 1992.

III - autorizar VERA LUCIA DA SILVA, a prestar serviço em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, na base de 100% (cem por cento) sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de maio de 1992, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970;

IV - exonerar, a pedido, OSMAR JUNIOR TRAIANO, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Ademar Luiz Traiano, a partir de 1º de maio de 1992;

V - prover, OSMAR JUNIOR TRAIANO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Ademar Luiz Traiano, a partir de 1º de maio de 1992.

VI - exonerar, a pedido, TOLIO MARCELO DENING BANDEIRA, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Ademar Luiz Traiano, a partir de 1º de maio de 1992;

VII - prover, TOLIO MARCELO DENING BANDEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Ademar Luiz Traiano, a partir de 1º de maio de 1992.

VIII - exonerar, a pedido, ROSSANO DE GUADALUPE GABARDO, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Ademar Luiz Traiano, a partir de 1º de maio de 1992;

IX - prover, ROSSANO DE GUADALUPE GABARDO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Ademar Luiz Traiano, a partir de 1º de maio de 1992;

X - prover, HELENA APARECIDA MACEDO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Ademar Luiz Traiano, a partir de 1º de maio de 1992.

XI - prover, MYRTE DE SOUZA UCHOA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Ademar Luiz Traiano, a partir de 1º de maio de 1992.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 138/92

I - exonerar, a pedido, ADEMAR CASTRO DE SOUZA, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 1º de maio de 1992;

II - prover, CARLOS DOUGLAS BUKOWSKI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 1º de maio de 1992.

III - autorizar CARLOS DOUGLAS BUKOWSKI, a prestar serviço em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, na

na base de 100% (cem por cento) sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de maio de 1992, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 139/92

I - exonerar, a pedido, MARIA ALEXANDRINA MOREIRA PONCIO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Coordenadora Adjunta da Coordenadoria Legislativa, da Diretoria da Procuradoria, a partir de 1º de maio de 1992;

II - prover, MARIA MARLENE JOBINS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Coordenadora Adjunta da Coordenadoria Legislativa, da Diretoria da Procuradoria, a partir de 1º de maio de 1992.

III - autorizar MARIA MARLENE JOBINS, a prestar serviço em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, na base de 100% (cem por cento) sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de maio de 1992, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 140/92

I - exonerar, a pedido, ODILETE SANTOS, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Antônio Martins Annibelli, a partir de 1º de maio de 1992;

II - exonerar, a pedido, MARIA DE LOURDES RIBEIRO BATISTA DA VEIGA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Antônio Martins Annibelli, a partir de 1º de maio de 1992;

III - prover, ODILETE SANTOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Antônio Martins Annibelli, a partir de 1º de maio de 1992.

IV - exonerar, a pedido, ALFREDO NOVAIKO, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 1º de maio de 1992;

V - prover, MARIA DE LOURDES RIBEIRO BATISTA DA VEIGA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 1º de maio de 1992.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 141/92

I - exonerar, a pedido, MARCO AURELIO T. DA SILVA, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado José Tavares, a partir de 1º de maio de 1992;

II - prover, CLEIDE SILVA SANCHES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado José Tavares, a partir de 1º de maio de 1992;

III - autorizar CLEIDE SILVA SANCHES, a prestar serviço em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, na base de 100% (cem por cento) sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de maio de 1992, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 142/92

I - exonerar, a pedido, ADRIANA AGIBERT, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Anibal Khury, a partir de 1º de maio de 1992.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 03.05.92.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 143/92

I - exonerar, a pedido, FABIOLA BRANCO, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Rafael Greca de Macedo, a partir de 1º de maio de 1992;

II - prover, CIRLETE CATARINA CORREA SCHULTZ, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Rafael Greca de Macedo, a partir de 1º de maio de 1992.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO" em 04.05.92.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 144/92

DEMITIR, por abandono de cargo e nos termos do Art. 300 e parágrafo único, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, GETÓLIO CANELA FAVARO, matrícula nº 168, ocupante do cargo de Oficial Legislativo "A-NT-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 145/92

I - exonerar, a pedido, CARLOS LUIZ DE CARVALHO, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Renato Adur, a partir de 1º de maio de 1992;

II - exonerar, a pedido, VILMA MARIA SOUZA LEAL, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Renato Adur, a partir de 1º de maio de 1992;

III - prover, VILMA MARIA SOUZA LEAL, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Renato Adur, a partir de 1º de maio de 1992.

IV - exonerar, a pedido, DEMETRIO BALDASSO, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Renato Adur, a partir de 1º de maio de 1992;

V - prover, DEMETRIO BALDASSO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Renato Adur, a partir de 1º de maio de 1992;

VI - exonerar, a pedido, MARISTELA DE PAULA MULLER, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Renato Adur, a partir de 1º de maio de 1992;

VII - prover, MARISTELA DE PAULA MULLER, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Renato Adur, a partir de 1º de maio de 1992.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 06.05.92.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 146/92

I - exonerar, a pedido, CHRISTIANE BEATRINS VLACHINSKI, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PRN, a partir de 1º de maio de 1992;

II - prover, JEANETE NATALINA LEITE,

para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PRN, a partir de 1º de maio de 1992.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 147/92

I - exonerar, a pedido, SERGIO BERBERI CONTIN, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Hermas Brandão, a partir de 1º de maio de 1992;

II - prover, FLAVIO JOSE DE FREITAS FILHO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Hermas Brandão, a partir de 1º de maio de 1992.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 148/92

I - exonerar, a pedido, KAREN PEREIRA, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Paulo Maia, a partir de 1º de maio de 1992;

II - exonerar, a pedido, JORGE LEANDRO LOBE, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Paulo Maia, a partir de 1º de maio de 1992;

III - prover, JORGE LEANDRO LOBE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Paulo Maia, a partir de 1º de maio de 1992.

IV - prover, SANDRO ALLEX GUIDALLI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Paulo Maia, a partir de 1º de maio de 1992.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 149/92

I - exonerar, a pedido, AUGUSTO MOROCINES DARCIN, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete da Liderança do PMDB, a partir de 1º de maio de 1992;

II - exonerar, a pedido, WILSON PORTES, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PMDB, a partir de 1º de maio de 1992;

III - prover, WILSON PORTES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete da Liderança do PMDB, a partir de 1º de maio de 1992;

IV - prover, ELAINE RIBEIRO DE SOUZA ANDERLE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PMDB, a partir de 1º de maio de 1992.

(Prot. nº 3269)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 11.05.92.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 151/92

I - tornar sem efeito o Ato da Comissão Executiva nº 109, de 02 de abril de 1992, deste Poder, que exonerou o funcionário CARLOS AUGUSTO DE JESUS, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PT;

II - tornar sem efeito o Ato da Comissão Executiva nº 110, de 02 de abril de 1992, deste Poder, que exonerou o funcionário JORGE ALBERTO SONDA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Depu-

Curitiba, terça, em 19.05.92

tado Ernani Pudell.

(Prot. nº 3277)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 12.05.92.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 152/92

I - exonerar, a pedido, TANIA CRISTINA GASPAR DE ANDRADE, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Algaci Túlio, a partir de 1º de maio de 1992;

II - prover, TANIA CRISTINA GASPAR DE ANDRADE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Algaci Túlio, a partir de 1º de maio de 1992;

III - prover, MARIA CRISTINA MESQUITA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Algaci Túlio, a partir de 1º de maio de 1992;

(Prot. nº 3341)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 153/92

I - exonerar, a pedido, VALMOR ALVES DOS SANTOS, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da 1ª Vice-Presidência a partir de 1º de maio de 1992;

II - prover, JACKSON CASIMIRO SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da 1ª Vice-Presidência a partir de 1º de maio de 1992;

III - autorizar JACKSON CASIMIRO SILVA, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de maio de 1992, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. nºs 3339 e 3340)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 13.05.92

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 154/92

I - exonerar, a pedido, GLACI FAVA, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Caíto Quintana, a partir de 1º de maio de 1992;

II - prover, LINDACI MARIANO DUARTE DE AZEVEDO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Caíto Quintana, a partir de 1º de maio de 1992.

(Prot. nº 3357)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 14.05.92.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 155/92

I - exonerar, a pedido, LUIZ PAULO JOHNSON, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Orlando Pesutti, a partir de 1º de maio de 1992;

II - prover, ANDREA PIRES DA SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Orlando Pesutti, a partir de 1º de maio de 1992.

(Prot. nº 3407)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 156/92

I - exonerar, a pedido, ANA PAULA PI-GOZZO, do cargo em Comissão, símbolo 3-G,

do Gabinete do Deputado Albino Corazza Neto, a partir de 1º de maio de 1992,

II - prover, ANA PAULA PIGOZZO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Albino Corazza Neto, a partir de 1º de maio de 1992;

III - prover, FERNANDA REGINA ANGELA MARIANA COLOMBELLI VERDICCHIO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Albino Corazza Neto, a partir de 1º de maio de 1992.

(Prot. nº 3409)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 15.05.92.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

JOÃO ARRUDA

1º Secretário

ADEMAR LUIZ TRAIANO

2º Secretário

Atos da Diretoria Geral:

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ,

R E S O L V E:

PORTARIA Nº 041/92

conceder, a JOSANE MARIA CARRADONE, funcionária contratada deste Poder Legislativo, quinze (15) dias de licença, para tra-

tamento de saúde, a partir de 07 de abril do corrente ano.

PORTARIA Nº 042/92

conceder, a VERA LUCIA SILVINO SILVA, funcionária contratada deste Poder Legislativo, cento e vinte (120) dias de licença maternidade, a partir de 01 de abril do corrente ano.

PORTARIA Nº 043/92

conceder, a funcionária MARIA DO ROSARIO MARQUES, matrícula nº 064, ocupante do cargo de Consultor Técnico "A"-NU-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, trinta (30) dias de férias, referentes a 1990, a partir de 11 de maio do corrente ano.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12.05.92

PORTARIA Nº 048/92

conceder, ao funcionário, ADILSON VICENTINI, matrícula nº 110, ocupante do cargo de Consultor Técnico "A"-NU-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, quinze (15) dias de licença, para tratamento de saúde, a partir de 24 de abril do corrente ano.

Gabinete da Diretoria Geral, em 13.05.92

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral